

Caros concidadãos,

Cumprimento as autoridades presentes, dirigindo-me, em saudação, ao Chefe de Estado e de Governo, Presidente Jair Bolsonaro. Vossa Excelência foi eleito com mais de 57 milhões de votos. É Presidente de todos os brasileiros. Continue na trajetória havida. Busque corrigir as desigualdades sociais, que tanto nos envergonham. Cuide, especialmente, dos menos afortunados. Seja sempre feliz na cadeira de mandatário maior do País.

DISCURSO PARA A POSSE DOS MINISTROS LUIZ FUX E ROSA
WEBER NA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL – 10 DE SETEMBRO DE 2020

A Constituição de 1988 rege o mais longo período de estabilidade institucional da história republicana do País, sem que se possa considerá-lo desinteressante ou sossegado. Muito ao contrário. Como costume dizer: de tédio não morreremos. Vivenciamos verdadeira revolução no sistema jurídico, marcada pela supremacia absoluta da Carta da República, pela prevalência da dignidade humana e, acima de tudo, pela tutela judicial de direitos fundamentais.

O Supremo Tribunal Federal mostra-se um dos protagonistas, ao interpretar o texto aprovado pelos representantes do povo e evidenciar o papel da Justiça no avanço da sociedade. Quando pensa haver se manifestado sobre todos os embates imagináveis, surge questão nova, a desafiar, sob o ângulo técnico e humanístico, os integrantes. A atuação repercute na dinâmica dos Poderes e das instituições republicanas, alcançando a identidade da Nação. Guardiã da Constituição Federal, consolidou-se como instituição responsável a assegurar-lhe contemporaneidade em relação às mudanças próprias do tempo. O

Tribunal está inserido na sociedade. A ela responde e com ela evolui – assim deve ser –, mantendo independência e representatividade em equilíbrio.

Há de atentar às transformações do Direito brasileiro, à dinâmica que lhe é própria, no que alguns falam da aproximação do sistema romano-germânico ao anglo-saxão. Refiro-me ao modelo de julgar por precedentes, fixados pelos Tribunais Superiores. O Supremo não mais apenas interpreta a Carta da República por último, mas o faz por todos os Juízes e Tribunais do País, sendo exigida clareza, coerência e integridade na fixação de teses, premissas e fundamentos, de modo a orientar a máquina judiciária. O Código de Processo Civil tem sido diploma fundamental, retratando a atualidade do pensamento.

Não há como apartar o Supremo dos integrantes. A austeridade é a marca pública desde os tempos do Império. A envergadura do cargo e o grave fato de por último decidir impõem atuação discreta como o bom senso – valendo-me das palavras de Machado de Assis –, mas consistente e inarredável, erguendo ponte entre si e o cidadão, merecedor de prestação jurisdicional eficaz e abalizada.

O brasileiro aprendeu o caminho da cidadania e, confiando no funcionamento das instituições, habituou-se a bater às portas da Justiça sempre que diante de qualquer incerteza sobre direitos. Busca, sim, juízes,

e não semideuses encastelados em torres de marfim. O Judiciário não pode se fechar em torno de si mesmo, omitindo-se, furtando-se de participar dos destinos da sociedade. O magistrado deve ser sensível ao cotidiano da comunidade em que vive, mas sem fazer concessão ao que não é certo, sem se preocupar em agradar.

Sobreveio o avanço da tecnologia e informação. O que nos une, apesar do abissal espaço a distinguir as sucessivas composições do Tribunal? A resposta é única: nossa humanidade. Não por acaso o Direito integra o rol das Ciências Humanas, possuindo como alvo de estudo o homem em toda a complexidade – ações, paixões e inter-relações fazem dele único. A escolha do ofício judicante é opção pelo ser humano. Por isso continua perene, sem sair de moda. Aquele que se mostra incapaz de abrir mão de si mesmo pelo outro entra na porta errada e dificilmente encontra a saída.

Eis a profissão de fé, a postura norteadora, o que se espera do vocacionado a implementar a missão sublime que é julgar. A um só tempo, há de ter presente que personifica o Estado e que nada, absolutamente nada, gratifica tanto como ser útil ao próximo, dando o melhor de si, atuando com amor, tomado esse esquecido vocábulo na plenitude maior.

O Brasil precisa de mulheres e homens públicos de grande compenetração. Precisa, indistintamente, de mais apego à Constituição

Federal. A vida gregária pressupõe a observância de balizas estabelecidas. Há de prevalecer não a vitrine, a adoção do critério de plantão, mas a percepção da realidade, afastado o enfoque daqueles que não se mostram compromissados com o amanhã, com dias melhores.

No contexto atual, em que a competição vai impondo a perda de parâmetros, o abandono a princípios e a inversão de valores, o merecimento é, cada vez mais, básico ao sucesso. Trilhar o caminho da Justiça sem pretender carregar na bagagem muito trabalho, perseverança e abnegação é certeza de alcançar lugar nenhum. Não há pódio para os que atingem a linha de chegada ignorando regras, flexibilizando valores caros aos seres humanos, atropelando a dignidade.

Daí a importância de agentes públicos do perfil do ministro Luiz Fux e da ministra Rosa Weber, que engrandecem a instituição – o Supremo Tribunal Federal. Está-se diante de dois referenciais que, nunca se conformando com os limites da própria existência, lançaram, desde cedo, as sementes da perpetuidade, plantando-as, de maneira generosa, obstinada e competente, na seara da judicatura.

Incontáveis são os mitos e lendas sobre a incessante busca, de homens e mulheres, por fórmula mágica capaz de alçá-los à condição de seres perenes, imunes aos efeitos desgastantes do tempo. Alguns há que se consolam na crença da imortalidade da alma. Os maiores acreditam,

verdadeiramente – e, nessa convicção, agigantam-se – na eternidade da obra.

Toda a magistratura vibra com a chegada, à Chefia do Poder Judiciário, dos ministros Luiz Fux e Rosa Weber. Distinguem-se pela defesa da Constituição e das leis, pelo apego à liturgia do cargo e pela equidistância das paixões cotidianas que tanto assediam aqueles que detêm o poder.

O Supremo é o ápice, competindo-lhe a boa direção. E todo comandante deve saber ouvir, sem deixar de ser a referência maior e, ao mesmo tempo, marinheiro como outro qualquer. O Tribunal atua em reciprocidade com os demais artífices da Justiça: advogados – privados e públicos –, procuradores, promotores e defensores. A divergência é inerente ao universo jurídico, aos fatos, às relações sociais. O diálogo entre pares dignifica e legitima o processo decisório. Em colegiado, julgadores completam-se mutuamente. É sacerdócio defender o dissenso e, a partir dele, construir o consenso voltado ao fortalecimento da democracia.

No comando, como personagem indispensável, sobressai o Presidente – o “primeiro entre iguais”. A ele cabe, antes de a qualquer outro, cuidar da legitimidade institucional, da harmonia entre os Poderes da República, do serviço à sociedade, atuando com responsabilidade, independência e urbanidade. Vela pelo entendimento no Colegiado

considerados diferentes estilos, experiências e pensamentos. Deve ser um algodão entre cristais, referência maior de tolerância com as ópticas dissonantes, não permitindo que desacordos afetem a interação.

Se o exemplo deve vir de cima para cintilar como norte, luz condutora, estamos bem representados. Sua Excelência o ministro Luiz Fux deixou pegadas firmes por onde andou, oferecendo notória colaboração à causa pública. Filho de exilado de guerra, em virtude de perseguição nazista, a indiscutível vocação jurídica fez-se clareada pelos ares mágicos da Cidade Maravilhosa, onde, em 1983, ingressou na magistratura, após aprovação, no primeiro lugar, em concurso público.

Antes, mediante certames públicos, nos quais aprovado no primeiro lugar, foi, de 1976 a 1978, advogado da Shell Brasil e, de 1979 a 1982, Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Percorreu, com competência e zelo, todas as instâncias. Foi Juiz Eleitoral. Por merecimento, alcançou os cargos de Juiz do Tribunal de Alçada e de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ante consolidação na atividade jurisdicional, chegou, em 2001, a Brasília, nomeado para o Superior Tribunal de Justiça, onde atuou, com brilhantismo, na Primeira Seção de Direito Público.

Em 2009, assumiu a Presidência da Comissão de Juristas designada, pelo Senado Federal, para elaborar o anteprojeto do Código de

Processo Civil, conduzindo a hercúlea e bem-sucedida tarefa com altivez e independência.

Em 2011, foi indicado para ocupar a cadeira do ministro Eros Grau no Supremo Tribunal Federal. Chegou à Presidência do Tribunal Superior Eleitoral em 2018.

Sob o ângulo acadêmico, dedicando-se ao Direito instrumental, ao Processo Civil, meio de realização do Direito substancial, atingiu o topo nos certames destinados aos cargos de professor livre-docente, em 1988, e professor titular, em 1995, ambos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. A ampla produção bibliográfica corrobora, palmo a palmo, a diligência no respeito irrestrito às balizas constitucionais.

Consolidando a tradição salutar de renovação, a cada dois anos, do comando da Corte Suprema do País, alcança a Vice-Presidência magistrada cuja atuação se distingue pelo descortino, retidão e temperança. Ao relacionar-se com os pares, prima pela fidalguia, pelos gestos elegantes mesmo em meio a acalorados debates.

Sua Excelência, a ministra Rosa Weber, é verdadeiro baluarte de geração de mulheres lutadoras que vêm mudando o panorama profissional no Brasil, principalmente no âmbito jurídico. Exerce com sensibilidade a arte pública de julgar, creditada – sempre digo – à carreira de origem.

Formada no ambiente austero da gente do Sul, com apenas quatro anos de bacharelado já vencia o rigor do concurso de Juiz do Trabalho, passaporte para, após quinze anos, integrar o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Chegou ao Tribunal Superior do Trabalho em 2006 e ao Supremo em 2011, sucedendo à ministra Ellen Gracie. Membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, veio a presidi-lo de 2018 a 2020. Capitaneou, de forma impecável, o polarizado pleito de 2018, revelando, na firmeza, o compromisso inarredável com a democracia constitucional.

No campo acadêmico, exerceu o magistério nas disciplinas Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A colaboração de Suas Excelências para o aprimoramento do Estado de Direito é vultosa e satisfatória. Que tenham longa vida judicante, sem condescendência de qualquer ordem, atendendo ao trinômio Lei, Direito e Justiça.

A missão sublime de julgar há de estar sempre desvinculada de coloração política, assentando-se na primazia das leis, da qual depende todo avanço social.

Constatamos tempos estranhos, de controvérsia política, crise econômico-financeira e efeitos de pandemia sem precedentes. Valendo-me das palavras do vencedor do Prêmio Nobel de Literatura Albert Camus, na magistral obra “A Peste”, em meio aos flagelos, às agruras da vida, se aprende que há mais nos homens e mulheres a admirar do que a desprezar.

Cumprir atuar com serenidade, temperança e contenção, guardando princípios e valores. Sempre oportunos são os ideais, a ética, a moral. Desafortunadamente, ética virou sinônimo de utopia, decência se traduz por escrúpulos arcaicos e honra afigura-se artigo raro, quem sabe obsoleto.

A sociedade almeja e exige a correção de rumos, mas esta há de acontecer sem atropelos. Não se avança culturalmente fechando a Constituição Federal, sob pena de vingar a lei do mais forte. A prevalecerem pinceladas notadas, para não falar em traulitadas de toda ordem, aonde vamos parar? Não se sabe, o horizonte é sombrio.

Sou um otimista. Avança-se observado o ordenamento jurídico, sem improvisações, sem tergiversações. Eis o preço a ser pago por viver em um Estado Democrático de Direito. É módico e está ao alcance de todos. Fora da Carta da República, não há salvação, apenas arbítrio e autoritarismo de toda espécie.

O futuro tem se concretizado a passos largos. Ainda há muito a realizar. Inscritas na Constituição Federal, existem promessas, sobretudo no campo social, pendentes de implemento. Nada disso leva ao descrédito, no que a realização de todo projeto constitucional é sempre movimento, trajetória, construção. Nenhuma Constituição é obra acabada. A legitimidade depende não apenas da qualidade do texto e do arranjo político-institucional estabelecido mas também do empenho da sociedade. É tempo de aguçar os sentidos, a coragem, aumentar a dedicação, acurar o olhar para a necessidade de os integrantes dos três Poderes mostrarem-se verdadeiros artífices na tarefa de transformar o texto constitucional em corpo vivo. E, para tanto, despiciendas se afiguram novas leis; ao reverso, imprescindíveis são homens e mulheres que as cumpram, dirigentes que exerçam ofícios convictos de que o cidadão comum adota, como parâmetro, a conduta das autoridades legitimamente constituídas.

Acredito no povo brasileiro, nas instituições e no desejo ardente de chegar-se à redução das diferenças sociais e econômicas, à prosperidade. Deixemos de lado a apatia, o descrédito, a desesperança. Dias melhores não tardam e devem ser sempre os que vivemos, porque não se repetem jamais.

Busquemos, com pureza d'alma, novos rumos, contribuindo na construção do Brasil sonhado – país justo, livre e solidário, como

preconiza a Constituição cidadã. Cumpre a cada um de nós a tarefa. Que a visão não se afigure sonho, mas realidade que se avizinha próxima e definitiva.

Senhor Presidente, ministro Luiz Fux, encerro, dirigindo-me a Vossa Excelência, em nome do Supremo, para desejar votos de êxito. A certeza de que, tendo ao lado a ministra Rosa Weber, Vice-Presidente, conduzirá o Judiciário na direção correta, que é a da melhor realização da Justiça encarnada em nossa Constituição Federal. Seja muito feliz na cadeira ocupada!

Brasília, 10 de setembro de 2020.